

# **O ETERNO DESAFIO DO CONHECIMENTO\***

## **The Eternal Challenge of Knowledge**

**Davi Mendes Caixeta\*\***

### **Resumo**

O desejo pelo conhecimento faz parte da natureza humana, característica que brota de sua admiração diante da realidade. Entretanto, junto com o conhecimento também surgem os erros e as opiniões. Tomando-se a definição de conhecimento como crença verdadeira justificada, procura-se analisar cada um dos três elementos dessa definição, ressaltando os desafios inerentes a cada um: o desafio da crença, o desafio da verdade e o desafio da justificação. Diante disso, a dúvida aponta para a impossibilidade de um conhecimento seguro, havendo somente conhecimentos relativos. Por fim, mesmo diante de tais desafios e limitações ao conhecimento, aquele desejo em conhecer permanece infinito e ilimitado.

---

\* Artigo enviado em 28/10/2013 e aceito para publicação em 06/11/2013.

\*\* Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo – USP. Graduando em Filosofia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia – FAJE. Participante do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da FAJE 2013/2014. Contato: [davicaixeta@gmail.com](mailto:davicaixeta@gmail.com)

**Palavras-chave:** epistemologia; conhecimento; desafios.

## **Abstract**

The desire for the knowledge is part of the human nature. It is characteristic mark that comes from the admiration of a reality. However, mistakes and opinions also arise with the knowledge. Considering the definition of knowledge as justified true belief, we seek to analyze each one of the three parts of that definition, highlighting their inherent challenges: the challenge of belief, the challenge of truth, the challenge of justification. And also, the doubt points to the impossibility of a right knowledge, but to relative knowledge. Nevertheless, despite of these challenges and limitation, the desire for knowledge remains infinite and unlimited.

**Keywords:** epistemology; knowledge; challenges.

A compreensão da fé é aquela que nasce quando recebemos o grande amor de Deus, que nos transforma interiormente e nos dá olhos novos para ver a realidade. FRANCISCO, *Lumen Fidei*, 26.

## **1. Introdução**

Existe algo que possa causar no ser humano um maravilhamento tão forte como o conhecimento? Por outro lado, pode o ser humano permanecer inerte aos seus espantos e às admirações diante da voluptuosidade da realidade? Como conhecer tantas

maravilhas? Como não se admirar diante do belo, da verdade, do justo e do bem?

Não há como negar que o desejo pelo conhecimento é algo que faz parte da natureza do ser humano. Desde os gregos antigos, tomando os dizeres dos filósofos clássicos, o ser humano já era entendido como um ser dado ao conhecimento, ao pensamento, à criatividade, à palavra. Aristóteles, bem no início de sua consagrada obra *Metafísica*, afirma que “todos os homens, por natureza, desejam conhecer” (ARISTÓTELES, 980a). Desde então, os demais filósofos vieram a questionar o que pode ser conhecido, quais as fontes do conhecimento, quais as características de um verdadeiro conhecimento. Porém, não se questionou essa necessidade do desejo humano em conhecer.

Da mesma forma que o conhecimento é um atributo inalienável do ser humano, a atividade de conhecer também é considerada como uma qualidade indispensável da filosofia. O filosofar está diretamente relacionado com o conhecer, visto que o conhecer é o objetivo último do filosofar (OLIVA, 2011, p. 7). Além disso, o conhecimento implica uma relação, já que não se conhece de forma isolada. Segundo ZAGZEBSKI, “o conhecimento é um estado muitíssimo valorizado no qual uma pessoa está em contato cognitivo com a realidade. Trata-se, portanto, de uma relação” (ZAGZEBSKI, 2008, p. 153). Para se aprofundar nesse relacionamento que é o conhecimento, o filósofo necessita se destacar dos demais homens. Essa diferenciação do filósofo para os demais ocorre justamente pelo seu espírito de admiração, espanto e maravilhamento. Buscar o conhecimento necessita de crítica e de reflexão constantes.

Porém, tendo em vista essa empreitada que é a busca pelo conhecimento, o ser humano, inclusive o filósofo, se depara tanto com erros como com acertos. O filósofo se admira diante de um fato.

Então, ele busca encontrar algo que está além do visível. Tal realidade vai confirmar sua resposta. Em seguida, o mesmo ou outro filósofo se admira novamente da realidade. Porém, surge uma resposta totalmente diferente da anterior. Há um impasse. Esse impasse ocorre diante da possibilidade de um erro ou de um engano. O ser humano chega a respostas contraditórias para explicar a realidade. Essa situação somente se complica ao se admirar de algo, mas sendo que tal objeto de espanto não passa de um sonho ou uma ilusão. A conclusão daí decorrida é que nada pode acrescentar para o conhecimento da realidade. E mais, ao buscar respostas para as questões mais elementares da vida e de todo o universo, se chega à impossibilidade da resposta. Ao buscar respostas para as questões mais essenciais, apenas se chega a aporias.

Então, surge a necessidade de se perguntar se “haverá algum conhecimento no mundo que seja tão certo que nenhum homem razoável possa dele duvidar?” (RUSSELL, 2008, p. 69). Essa pergunta brota da necessidade mais profunda em conhecer, mas não simplesmente coisas triviais e possíveis, mas o desejo por conhecer ideias tidas como claras, seguras e certas. Segundo o próprio Russell talvez a pergunta pelo próprio conhecimento seja uma das perguntas mais difíceis que a filosofia possa se fazer (ibid., p. 69). Mas é justamente à filosofia que tais perguntas, por mais difíceis que sejam, devem ser feitas. Aquele tipo de conhecimento que se determina a refletir e a criticar todos os demais conhecimentos da realidade deve ser alvo das mais difíceis e complexas perguntas. Contudo, ao se debruçar com as investigações filosóficas sobre as coisas mais complexas, buscando o mais essencial de toda a realidade, distinguindo o ser do aparecer, separando o que é conhecimento do que é mera opinião, muitas vezes a filosofia apenas responde tais perguntas com outras tantas perguntas. Nesse sentido, comenta

Russell:

A filosofia, se não pode *responder* a tantas perguntas como gostaríamos, tem pelo menos o poder de *fazer* perguntas que aumentam o interesse do mundo, e mostram a estranheza e a maravilha repousando imediatamente sob a superfície mesmo nas coisas mais comuns da vida quotidiana. (ibid., p. 78)

Considerando essa grande missão da filosofia em conhecer o próprio conhecer, chama-se essa busca como Teoria do Conhecimento ou Epistemologia. Dessa forma, a Teoria do Conhecimento é “o domínio da filosofia que aborda a questão da natureza (o que é) do conhecimento, das fontes (onde procurá-lo) e da validação (como comprová-lo)” (OLIVA, 2011, p. 13). De maneira mais específica, Dutra afirma que a Teoria do conhecimento versa sobre o conhecimento proposicional, isto é, sobre o estudo das crenças e opiniões que podem ser expressas em palavras, por meio de sentenças declarativas, ou sentenças que descrevem o estado das coisas (DUTRA, 2010, p.10).

No afã de conhecer e explicar todas as realidades, então, cabe à Teoria do Conhecimento explicar o que é o próprio conhecimento. Isso ocorre porque as várias crenças formadas pelos seres humanos muitas vezes o levam a erros e enganos. Então, necessita à Epistemologia definir o que pode ser aceito como um conhecimento, como uma crença clara, certa e segura, desprovida de qualquer possibilidade de erro. Essa missão também não é fácil. Além de ser complexa e dificultosa a explicação das causas e dos princípios de todas as coisas, a filosofia também necessita elucidar o que pode ser considerado como conhecimento.

Diante disso, pergunta-se: “O que é o conhecimento?”. Um dos primeiros que fez tal pergunta foi Platão, em seu diálogo *Teeteto*. A resposta final foi definir o conhecimento humano como crença verdadeira justificada: “a crença verdadeira acompanhada de razão é

conhecimento e que desprovida de razão, a crença está fora do conhecimento” (PLATÃO, 201c-d).

Essa definição dada por Platão, embora não tenha contentado Sócrates totalmente, tornou-se clássica e aceita pela maioria dos filósofos que o sucederam. Esse conceito mostra que o conhecimento é formado por três partes: (1) a crença; (2) a verdade; e (3) a justificação. A crença e a justificação podem ser entendidas como elementos subjetivos, enquanto que a verdade pode ser considerada como um elemento objetivo (DUTRA, 2010, p. 30). Além disso, essa definição aborda diretamente a questão sobre o conhecimento, revelando uma busca pelo essencial da própria cognitividade (OLIVA, 2011, p. 20).

Atualmente, tal definição de conhecimento, ainda fiel a Platão no diálogo supracitado, é representada através de várias ferramentas da linguagem, da lógica e da epistemologia. Conforme afirmou Gettier, muitos tentaram representar essa definição de conhecimento apontando para as condições necessárias e suficientes para que alguém conheça determinada proposição. Uma dessas tentativas pode ser formulada de modo semelhante ao seguinte:

- S sabe que P se, e só se,  
i. P é verdadeira,  
ii. S acredita que P e  
iii. S está justificado a acreditar que P (GETTIER, 1969, p. 121, tradução nossa)

Dessa forma, no decorrer deste breve ensaio, pretende-se fazer uma consideração sobre cada um desses elementos do conhecimento — crença, verdade e justificação — apontando para os seus respectivos desafios. Por fim, pretende-se destacar algumas críticas quanto a presente definição do conhecimento e sua possibilidade ou não.

## **2. S sabe que P — O desafio da crença**

No decorrer da vida de alguém, se está sempre buscando conhecer. O saber faz parte da evolução histórica de uma pessoa, a vida e o saber são construídos juntos. Dessa forma, o sujeito conhece as pessoas que o cercam, conhece o lugar em que vive, aprende a falar, conhece outros lugares que visita, aprende a ler e a escrever, a música e a matemática etc. Esses conhecimentos são aprendidos pelas mais diversas maneiras. Um bebê aprende a falar quando ouve os outros e tenta balbuciar seus próprios sons. Uma criança aprende a ler e a escrever quando vai para a escola e o professor lhe ensina as letras, as palavras e o que tais símbolos representam. Um jovem conhece o mundo quando lê em seus livros a descrição dos vários lugares ou quando ele mesmo realiza uma viagem a um novo lugar, vendo, ouvindo e sentido a diferente localidade. Por fim, uma pessoa também forma seus próprios conhecimentos a partir de sua própria atividade racional, relacionando conceitos, fazendo deduções lógicas. O mais impressionante de tudo isso é que os conhecimentos vão sendo construídos, eles vão sendo buscados, a relação natural do sujeito em conhecer a realidade se dá como uma busca insaciável pelo saber.

De maneira geral, a forma como tal pessoa desenvolve seus conhecimentos se dá por intermédio das chamadas fontes do conhecimento. Essas fontes precisam ser suficientemente capazes de oferecer condições para que se possa apreender qualquer tipo de conhecimento. Então, enumeram-se as seguintes fontes: sensação, memória, introspecção e razão (OLIVA, 2011, p. 22). Em suma, pode-se dizer que há dois grandes grupos das fontes do conhecimento: aquelas que são advindas da experiência e aquelas que são advindas da razão (ibid.). Seja por um ou por outro modo,

no decorrer da história da filosofia, observa-se como vários filósofos, como o racionalismo de Descartes e Spinoza ou como o empirismo de Hume e Locke, buscaram fontes do conhecimento que fossem capazes de lhes oferecer conhecimentos seguros e distintos. Entretanto, é importante, nesse momento, considerar como as mais diversas fontes podem oferecer ao ser humano uma chance de conhecer a realidade e, dessa forma, admirar-se e espantar-se.

Diante dos vários conhecimentos que são aprendidos, costuma-se classificá-los em três tipos distintos: (1) o saber fazer ou o conhecimento por aptidão, como a prática e a técnica para fazer algo de modo certo e eficiente; (2) o conhecimento por contato, que é uma experiência pessoal direta; e (3) o conhecimento proposicional ou conhecimento por descrição, que se trata de elaborar proposições verdadeiras sobre estados de coisas específicos (ibid., p. 11-12). Tendo isso em vista, o tipo de conhecimento que interessa à Epistemologia é aquele terceiro, o conhecimento proposicional ou por definição. É esse terceiro tipo de conhecimento que é considerado como uma crença epistêmica. Isso ocorre porque é esse tipo de conhecimento que pode descrever algo como verdadeiro ou como falso, que pode ser justificado ou não, uma vez que a filosofia busca esse mesmo tipo de compreensão da realidade.

Uma vez definido o tipo de crença que a filosofia se propõe a fazer, cabe, como passo seguinte, averiguar como tal crença pode ser considerada como verdadeira e, por isso mesmo, como conhecimento. Essa foi a grande missão de Platão ao fazer a distinção entre o conhecimento e a mera opinião, entre o real e a aparência. Por um lado, buscou-se o conhecimento como *episteme*, ou seja, como a inteligibilidade invariante e imutável captada da realidade. Por outro lado, contrapôs-se à opinião ou *doxa*, como o impermanente e o cambiante, superando aquilo que os sentidos

dizem parecer de algo (ibid., p. 30).

### **3. P é verdadeira — O desafio da verdade**

A investigação da verdade de uma crença não é uma atividade tão simples como parece. De fato, essa busca pela verdade pode ser uma atividade de bastante exigência e dificuldade. Por isso, muitos autores tratam da verdade como um desafio ao conhecimento. A verdade, a um olhar despreparado e ingênuo, pode ser algo fácil, uma vez que se aceita o conteúdo da maioria das crenças sem o mínimo de reflexão. Com um olhar um pouco mais treinado, a verdade de uma crença somente será aceita tendo em vista algum critério, uma vez que já se busca purgar a crença de qualquer falsidade. Mas, para um olhar bastante desconfiado ou mesmo calejado pelos erros, busca-se revirar uma crença e examiná-la até o extremo, no sentido de eliminar qualquer possibilidade de erro, buscando o verdadeiro conhecimento.

Conforme entende Dutra, a verdade é considerada como um elemento objetivo do conhecimento, isto é, trata da relação da crença com algo que é exterior ao sujeito (DUTRA, 2010, p. 30). Nesse mesmo sentido, Oliva afirma que a verdade e a falsidade envolvem a relação das crenças com os conteúdos que lhes são extrínsecos (OLIVA, 2011, p. 39). Então, buscando o critério geral de verdade para as crenças epistêmicas, os filósofos estabeleceram diversas teorias, entre elas: a teoria da verdade por correspondência, a teoria da verdade por coerência.

A teoria da verdade por correspondência foi tratada desde Aristóteles, em sua obra *Metafísica*, da seguinte maneira: “dizer do que é que ele não é, ou do que não é que ele é, é falso, ao passo que dizer do que é que ele é, e do que não é que ele não é, é verdadeiro”

(conf. citado por DUTRA, 2010, p. 32). Essa teoria da verdade, a princípio simples, também se apresentou inicialmente como bastante confiável. Ao se apreender uma determinada crença, basta verificar na realidade se tal crença tem provimento ou não. Se uma crença estiver de acordo com tal fato, ela é verdadeira. Se a crença estiver em desacordo com o fato, ela é falsa. Assim, a verdade da crença se mostra dependente de como os fatos são (ibid., p. 41-42).

Outro grande defensor dessa teoria da verdade por correspondência é Russell. Segundo esse filósofo, a natureza da verdade requer três requisitos. Primeiramente, para que uma crença seja verdadeira, a possibilidade de sua falsidade deve ser admitida. Em segundo lugar, a verdade das crenças deve ser correlativa à falsidade. Por fim, a verdade ou a falsidade de uma crença deve sempre depender de algo que está de fora da própria crença. Dessa forma, destacam-se as seguintes palavras do próprio Russell:

De acordo com nossos três requisitos, temos de procurar uma teoria da verdade que 1) permita que a verdade tenha um oposto, nomeadamente a falsidade, 2) faça da verdade uma propriedade de crenças, mas 2) seja uma propriedade que dependa completamente da relação das crenças com as coisas exteriores. (RUSSELL, 2008, p. 183)

Contudo, considerando a história do conhecimento humano, verifica-se que a teoria da verdade por correspondência muitas vezes levou a humanidade a muitos enganos e a muitos erros. Durante séculos, acreditou-se que o Planeta Terra era plano e que o Sol e todos os demais astros tinham um movimento circular ao redor da Terra, como ensinou Ptolomeu. Com a modernidade e o desenvolvimento da ciência moderna, chegou-se a uma nova teoria cosmológica do movimento dos corpos celestes. Na verdade, a Terra que executa um movimento elíptico ao redor do sol, juntamente com os demais planetas do sistema solar, como descobriram Copérnico e

Kepler. Além desse exemplo, muitos outros conhecimentos vieram à tona e mostraram que frequentemente a relação de uma crença com a realidade pode parecer verdadeira num momento e, em outro momento, por novos critérios de investigação, ela pode se revelar falsa.

Essa ruptura da verdade das crenças aponta para a angústia da dúvida sobre a possibilidade da verdade. Mas, mesmo com tais dificuldades, os filósofos não perderam esperanças em entender que pode de fato haver uma crença que se pretenda ser verdadeira. Então, com o avanço da filosofia analítica, criou-se a teoria da verdade por coerência. Tal teoria é conceituada da seguinte forma:

[...] uma proposição é verdadeira não por se mostrar em conformidade com fatos que compõem o mundo extralinguístico, e sim por se credenciar a fazer parte de um conjunto coerente de proposições, por se entrosar com as proposições de um sistema já aceitas como verdadeiras mantendo com elas relações de mútua sustentação. (OLIVA, 2011, p. 42-43)

Porém, essa teoria da verdade, ao invés de afirmar um parâmetro seguro e absoluto para a verdade, apenas ensejou uma concepção relativista da verdade, uma vez que basta que ela esteja de acordo com determinado sistema, mas sem afirmar qual sistema deve ser considerado como aquele absolutamente verdadeiro. A teoria da coerência é mal sucedida porque não há prova de que só possa haver um sistema coerente (RUSSELL, 2008, p. 183).

Diante de tantos desafios à verdade, pergunta-se ainda sobre a possibilidade da verdade. Não será a busca pela verdade um esforço em vão dos filósofos? Não devem os seres humanos contentar-se apenas com verdades relativas? A verdade não passa de um sonho?

Mesmo que a teoria da verdade por correspondência e que a teoria da verdade por coerência apresentem falhas, a humanidade continua afirmando o que entende por certo ou errado, construindo e

reformulando suas crenças epistêmicas. Para tanto, muitos buscam auxílio nos parâmetros para a verdade conjugando as duas teorias apresentadas, como fez Habermas. Outros tantos buscam novas teorias da verdade, como a teoria pragmática, não no sentido de buscar uma verdade que se aproxime de algo absoluto, mas que seja algo que possua alguma utilidade e eficiência no mundo de hoje. A busca pela verdade, mesmo depois de séculos de investigação pelos filósofos, ainda se trata de um verdadeiro desafio, muito longe de chegar ao seu fim.

#### **4. S possui algum tipo de justificação epistêmica em relação a P – O desafio da justificação**

A justificação é um critério imprescindível para que uma crença seja tida como conhecimento. De acordo com a própria definição dada por Platão no *Teeteto*, uma crença verdadeira somente será conhecimento se ela estiver acompanhada de razões. Nesse sentido, Oliva também afirma que a justificação de uma crença epistêmica, da mesma forma que a verdade, também se trata de um desafio para a Teoria do Conhecimento (OLIVA, 2011, p. 49).

O processo de justificação pode ser dito como um processo de dar razões para alguma coisa. Nas conversações do dia-a-dia, o ser humano está sempre argumentando uns com os outros por vários motivos. Argumenta-se para provar a verdade de uma crença. Argumenta-se para convencer o outro sobre determinado ponto de vista. Argumenta-se para corrigir e mudar o ponto de vista do outro. A justificação ou o processo de dar razões, seja como for, envolve a presença do discurso ou do *logos*. Assim, o processo de justificação é uma atividade própria da natureza humana, uma vez que o discurso ou a linguagem é um elemento intrínseco do ser humano.

Da mesma forma que antes, os filósofos também estão sempre formulando as mais diversas teorias para explicar como ocorre o processo de justificação das crenças epistêmicas. Já que uma crença epistêmica somente é considerada como conhecimento a partir da justificação, destacam-se as teorias do fundacionalismo, do coerentismo e do confiabilismo. As duas primeiras são teorias do tipo internalista, pois os fatores requeridos são diretamente acessíveis ao conhecedor. A terceira é uma teoria do tipo externalista, pois situa alguns fatores judicatórios para além do alcance direto do conhecedor (ibid., p. 52).

O fundacionalismo é uma tentativa de os filósofos obterem uma estrutura segura para a justificação de uma crença. Os fundacionalistas acreditam em crenças privilegiadas que são justificadas em si mesmas, independente das relações com outros (ibid., p. 53). Contudo, mesmo dentro do seio dessa teoria da justificação, os filósofos não possuem unanimidade sobre como uma crença deve ser fundamentada. Ao contrário, há uma grande variedade de tipos de fundacionalismos, que se estende do racionalismo ao empirismo. Os racionalistas como Descartes e Spinoza buscaram no próprio intelecto a segurança para as crenças, através do *cogito* ou das ideias claras e distintas. Já os empiristas, como Locke, buscaram fundamentar as crenças nas ideias simples, como aquelas que apreendem imediatamente a realidade pelos sentidos. Diante de uma discrepância tão grande de critérios nessa teoria, surge a dúvida sobre qual é a melhor maneira fundamentar uma crença. Além disso, essa grande variedade de tipos de fundacionalismo aponta para a fragilidade da crença que é justificada dessa maneira.

Como forma de socorrer as crenças em sua justificativa, a partir do século XX, surgiu a teoria coerentista da justificação. Segundo

essa teoria, o crucial é que uma nova crença se harmonize com as já aceitas no âmbito do todo teórico adotado (OLIVA, 2011, p. 61). Dessa forma, o coerentismo se porta como uma rede de crenças, sendo que não há possibilidade de se justificar uma única crença de forma isolada, mas sempre com um conjunto integrado de crenças. Contudo, tal teoria da justificação também não é imune a falhas e a erros. Quando um sistema fica inconsistente, deve-se rejeitar uma das crenças, perguntando-se qual é a crença que não se adequa ao sistema. Além disso, as críticas ao coerentismo se dão: (1) pelo fato de a coerência sozinha não ser capaz de definir qual a escolha justificada de um sistema; e (2) pelo fato de as crenças não dependerem do mundo que elas pretendem descrever nem de qualquer tipo de informação dele derivado (ibid., p. 67-68).

Já que não é possível que uma crença seja justificada por uma teoria internalista, uma alternativa é o confiabilismo, como teoria externalista. Segundo essa última, uma crença é certa se obtida por meio de um processo confiável (ibid., p. 69). Contudo, essa teoria não tem como meta a justificação de uma verdade absoluta do processo de formação da crença, mas leva a uma justificação de forma relativa. Nada impede que a justificação de uma crença seja forjada pela credibilidade do processo que levou à sua formação. Tal teoria, pois, não apresenta um critério suficiente para fundamentar uma crença verdadeira como conhecimento (ibid., p. 73-74).

Diante da aparente falta de sucesso ou do real fracasso dessas teorias da fundamentação, pergunta-se sobre a possibilidade de uma fundamentação última do conhecimento ou não. De acordo com o que foi explanado até o momento, a resposta seria um desgostoso não. Entretanto, através do paradigma da linguagem, alguns filósofos buscam mostrar que o desafio da fundamentação supõe os pressupostos transcendentais da argumentação, uma vez que tais

pressupostos constituem o fundamento de todo o sentido e validade de uma crença epistêmica. De acordo com Herrero, a fundamentação última se baseia na racionalidade do entendimento, na explicação total externa da razão humana ou no estatuto da estrita autorreflexão (HERRERO, 1995, p. 12-15).

Assim como ocorre com a verdade, o desafio da justificação também apresenta um sério questionamento sobre a possibilidade de haver uma crença justificável. Seja por uma ou por outra teoria da justificação, busca-se uma fundamentação que seja capaz de oferecer uma razão totalmente segura a uma crença. A finalidade de toda teoria da justificação é que ela seja a fundamentação última de toda crença epistêmica, sendo base para um conhecimento seguro.

## **5. A dúvida — O desafio de todo conhecimento**

O conhecimento pretende ser uma crença verdadeira e justificada. Porém, os próprios pilares sobre os quais o conhecimento se fundamenta são instáveis e pouco seguros. Seja pelo lado da verdade ou pelo lado da justificação, a crença demonstra grande fragilidade em se tornar um conhecimento certo, seguro e imutável.

Essa definição de conhecimento dada por Platão foi ainda mais desqualificada após as críticas apresentadas pelo artigo de GETTIER, intitulado "Is Justified True Belief Knowledge?" (A crença verdadeira e justificada é conhecimento?). A partir de dois exemplos, esse pensador apresentou um sério desafio formal à epistemologia tradicional. Nos dois exemplos dados no referido artigo — um sobre Smith e Jones que vão concorrer a um emprego e outro sobre o carro Ford de Jones e o lugar em que está Brown — Gettier mostra que ambos os exemplos apresentam os três requisitos do conhecimento, mas, mesmo assim, hesita-se em considerá-los como conhecimento:

Estes dois exemplos mostram que a definição (a) não fornece uma condição *suficiente* para que alguém saiba uma dada proposição. Os mesmos casos, com as modificações apropriadas, serão suficientes para mostrar que nem a definição (b) nem a definição (c) fornecem tal condição. (GETTIER, 1969, p. 123, tradução nossa)

Assim, embora as proposições dos exemplos de Gettier sejam verdadeiras e justificadas, nenhuma delas pode ser considerada como um caso de conhecimento. Os exemplos de Gettier são desconcertantes para a Teoria do Conhecimento tradicional. Eles mostram uma mudança de perspectiva, uma vez que se oscila entre um observador independente e o próprio sujeito do exemplo. Pela perspectiva do observador não são casos de conhecimento, mas pela perspectiva do sujeito do exemplo são casos de conhecimento (DUTRA, 2010, p. 24).

Diante dessa inconsistência das crenças epistêmicas, observa-se que as barreiras entre o conhecimento e a opinião não são tão bem delimitadas, mas que muitas vezes se confundem entre si. Ainda mais, mesmo os limites do conhecimento e do erro são bastante frágeis, já que uma crença, que antes era considerada como conhecimento, num momento seguinte, pode ser considerada como um erro. Nesse ambiente de incertezas e de erros, instaura-se uma dúvida irrefutável sobre qualquer teoria do conhecimento. Num mundo de relativismo e de pouca confiança nas verdades, observa-se a predominância das opiniões em detrimento do conhecimento.

Nesse sentido, Russell procura fazer uma distinção entre verdade, erro e opinião provável tendo em vista os critérios da verdade e da forma lógica pela qual a crença é intuída. Além disso, ele afirma que a maior parte do que se tem como conhecimento trata, na realidade, de opinião provável. Dessa forma, Russell coloca o seguinte:

Ao que acreditamos firmemente, se for verdade, chama-se *conhecimento*, desde que seja intuitivo ou inferido (lógica ou psicologicamente) de conhecimento intuitivo do qual se segue logicamente. Ao que acreditamos firmemente, se não é verdadeiro, chama-se *erro*. Ao que acreditamos firmemente, se não é conhecimento nem erro, e também ao acreditamos hesitantemente porque é algo que não tem o mais alto grau de auto-evidência, nem deriva disso, pode chamar-se *opinião provável*. Assim, a maior parte do que comumente passa por conhecimento é opinião mais ou menos provável. (RUSSELL, 2008, p. 199)

Nesse ambiente de inseguranças, a dúvida sobre a possibilidade do conhecimento abre espaço para o ceticismo. Segundo Dutra, o ceticismo não é especificamente uma tese sobre o conhecimento humano, mas é tipicamente uma atitude de que nada pode ser conhecido (DUTRA, 2010, p. 62). Porém, o ceticismo, se concebido de uma forma moderada, dá ensejo ao falibilismo e ao convencionalismo, uma vez que não vai pedir justificativas últimas e inabaláveis, mas aceita que o conhecimento seja relativizado. Segundo o falibilismo, é "*possível* a verdade ser alcançada; mas como ninguém pode garantir que nada aparecerá contra o que se mostra até aqui verdadeiro, nenhuma crença pode ser acolhida como infalivelmente justificada" (OLIVA, 2011, p. 75). Pelo convencionalismo, as verdades e as justificativas são frutos de um acordo entre os vários membros de um determinado grupo. Assim, tais atitudes que relativizam o conhecimento mostram que ele se dá num mundo fragmentado, tratando-se de um todo não organizado. Mas mesmo assim trata-se de um mundo com alguma possibilidade de justificação (DUTRA, 2010, p. 71).

Além disso, a total falta de possibilidade do saber sobre uma crença que se pretenda ser verdadeira e justificada dá ensejo ao ceticismo em sua expressão mais extrema, que é o niilismo. Nessa situação de total angústia e impotência do filósofo, ele apenas pode

reconhecer que nada pode ser conhecido (ibid., p. 72-74). Nas palavras de Russell, nenhum conhecimento pode ser do tipo destrutivo, porque isso levaria sempre a um regresso ao círculo do conhecimento:

Se adoptamos a atitude do céptico completo, colocando-nos completamente fora de todo o conhecimento, e pedindo, desta posição exterior, para sermos obrigados a regressar ao interior do círculo do conhecimento, estamos a exigir o impossível, e o nosso cepticismo nunca poderá ser refutado (RUSSELL, 2008, p. 209-210).

A dúvida que se instala sobre o conhecimento deve servir para impulsionar o próprio conhecimento, mesmo que a dúvida recaia sobre as bases do próprio conhecimento, seja a verdade ou mesmo a justificação. Tal dúvida deve contribuir para a purgação de uma crença, almejando aproximar cada vez mais da verdade, da realidade a ser compreendida. O filósofo deve ter a humildade de reconhecer o erro, mas também deve considerar os méritos de cada “pedaço de conhecimento” angariado por sua busca pelo saber (ibid., p. 211).

## **Conclusão**

Diante de tantos desafios sobre o conhecimento, ainda há de se perguntar por sua possibilidade. Considerando tantas inconstâncias e incertezas na verdade, talvez um conhecimento nunca possa ser considerado como uma verdade absoluta. Tendo em vista as dificuldades em fundamentar as diversas crenças epistêmicas, é possível que apenas se conceba conhecimentos relativos, mas desprovidos de qualquer imunidade ao erro. Entretanto, esses sérios desafios à crença como verdadeira e justificada não podem solapar aquele ardor natural do ser humano em buscar o conhecimento da realidade e de si mesmo.

Nesse sentido, lembra-se novamente da primeira frase da *Metafísica* de Aristóteles. O conhecimento é um desejo natural de todo ser humano. Porém, tendo em vista tantos desafios e até mesmo a impossibilidade do conhecimento, será que o ser humano é dotado de um desejo fadado ao fracasso? O ser humano está condenado a uma busca pelo conhecimento que nunca se realizará enquanto ele estiver vivo? Seria o desejo por conhecer uma espécie de miséria humana?

O extremismo dessas indagações serve para demonstrar que, apesar de todos os desafios, o desejo de conhecer continua vivo na razão e na vontade de cada um. Mesmo que uma crença seja arduamente construída, com bases que se pensava serem sólidas, e que ela venha a ser drasticamente derrubada, ainda assim o espírito humano continua ávido a buscar novas crenças, a fundamentá-las, a estabelecer suas verdades. A incerteza e a insegurança de uma crença, mesmo que seja assombrada pela angústia do ceticismo, não é suficiente para extinguir aquele desejo natural do ser humano para conhecer a si mesmo e a sua realidade.

Essa força e essa intensidade do desejo pelo conhecimento é algo que ultrapassa os limites do próprio conhecimento. É possível que esse imenso desejo, tendo em vista seu desejo ilimitado, seja um dom que somente pode ser dado por um Ser Absoluto e Infinito. Apesar de toda limitação e finitude do ser humano em construir suas teorias sobre o conhecimento, apesar de suas dificuldades em afirmar o que se pode conhecer do real, há nesse mesmo ser um impulso que não se restringe, que é o desejo ilimitado pelo conhecimento. Nesse sentido, o conhecimento está no mesmo nível que a fé, como dons infinitos e ilimitados do ser humano que o aproximam de seu criador. O conhecimento e a fé são dons que mantêm vivo o desejo do ser humano em continuar sempre buscando a si mesmo, o outro, sua

realidade, seu Criador. São esses mesmos dons que tornam possível que, a cada dia, o filósofo possa se levantar e olhar a realidade com os novos olhos, tanto com os novos olhos da fé como com os novos olhos da razão, com o intuito de ver e se admirar diante da realidade.

## **REFERÊNCIAS**

ARISTÓTELES, *Metafísica*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

DUTRA, Luiz Henrique de Araújo. *Introdução à epistemologia*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

FRANCISCO. *Lumen Fidei*. São Paulo: Paulinas, 2013.

GETTIER, Edmund. "Is Justified True Belief Knowledge?". In: *Analysis*, vol. 23, n. 6, 1963, pp. 121-123.

HERRERO, Francisco Javier. "O problema da fundamentação última". In: *Revista Kriterion*, UFMG, Belo Horizonte, nº 91, julho de 1995, p. 7-16.

PLATÃO. *Diálogos I: Teeteto (ou do conhecimento); Sofista (ou do ser); Protágoras (ou Sofistas)*. São Paulo: EDIPRO, 2007.

OLIVA, Alberto. *Teoria do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

RUSSELL, Bertrand. *Os problemas da filosofia*. Lisboa: Edições 70, 2008.

ZAGZEBSKI, Linda. "O que é conhecimento?". In: GRECO, J. e SOSA,

E. (orgs.). *Compêndio de Epistemologia*. São Paulo: Loyola, 2008, p 153-189.